

O espírito da democracia

Josaphat Marinho

Em discurso recente, o presidente da República equiparou a “pobres de espírito”, evidentemente no sentido de atrasados, os oponentes às suas propostas de mudança, inclusive as relativas ao processo de privatização. É o que noticiou a imprensa, sem contestação. Não lhes tendo citado os nomes, atingiu à quantos vêm divergindo de suas iniciativas, total ou parcialmente. É estranhável, por diversas razões, a reação presidencial. Antes de tudo, cabe notar que na democracia as soluções são adotadas e aperfeiçoadas entre variações e contrastes de pensamento. Dificilmente, problemas importantes têm decisão correta como reflexo da idéia de uma individualidade. Não raro, o caminho adequado é resultante da comparação e da interpenetração de idéias, diversas ou assemelhadas. O confronto de juízos, admitido com humildade, é forma prudente de fixar o acerto procurado. No plano do Estado, prova espírito público.

Demais, no domínio da política e da administração, os conceitos se revestem, naturalmente, de caráter polêmico. Sobretudo os concernentes a questões que abrangem interesses de múltiplas parcelas da sociedade, como globalização, privatização, mudanças institucionais. Seria pretensão inconciliável com a realidade cultural a de im-

por idéias unilinear a fatos que se relacionam com a coexistência de seres de reivindicações contrapostas. A racionalidade é rebelde à aceitação de afirmações categóricas, originárias de uns poucos para resolver problemas de muitos. O diálogo pode contrariar, mas também esclarece, e melhor descobre a objetividade. A verdade consentida é sempre mais produtiva do que a imposta.

Quando parlamentar, o hoje titular do Poder Executivo exercitou bem a posição que leva o governo a rever equívocos e sanar deficiências. Analisava, ponderava, criticava, divergia. Não havia, por isso, pobreza de es-

pírito na sua atitude, antes procedimento concordante com a vitalidade democrática, que reside na discussão fundamentada, e não no silêncio inexpressivo. O governante, de modo especial, se enriquece de conhecimentos, de experiência,

de maior visão das questões, na medida em que aceita, sem irritação, a livre crítica. Nada há de mais conservador do que repelir o debate, considerando-o atraso. Debater é propiciar correção e inovação.

Há um equívoco, portanto, na censura feita pelo presidente. Con-

seqüência, talvez, do improviso. Quem se opôs, como ele, no Legislativo, a desacertos e aconselhou revisão de diretrizes, e se propõe, no Executivo, a mudar e renovar, não pode condenar a crítica sem excesso, que desperta o raciocínio para o contraste ignorado. De lamentar é a acomodação, que convida ao passo lento da rotina, ou da incer-

teza. No país sem planejamento geral e de programas executados em prazos inseguros, com grupos diversos ocupando espaços da autoridade por falta de soluções oportunas, a advertência independente e educada é ajuda espontâ-

nea e desinteressada, e não reprovação. E, ainda que seja reprovação, se desenvolvida sensatamente, merece respeito e não juízo depreciativo. Quando o governante se irrita com a crítica normal que se lhe faz, abala o apreço que lhe é devido.

A convivência democrática é difícil porque exige, sobretudo, tolerância. Praticá-la constitui exemplo dignificante, como o que deu Otávio Mangabeira. Tanto que na mensagem de despedida do governo baiano pôde dirigir-se assim ao povo, sem nenhuma reserva: “Volto à planície, de que, em espírito, nunca o poder me afastou, volto à planície de consciência tranquila... A benevolência geral com que me vi distinguido — e não sei como agradeça, até por aqueles que me honraram com as suas críticas ou admoestações — é fenômeno que só se explica pelo reconhecimento de que nunca errei de má-fé, e evitei sempre incorrer naquilo que é um pecado dos mais graves em que podem incidir os homens públicos, principalmente os homens de governo: o pecado da intolerância”. Quem faz confissão desse alto teor, afirma e eleva o espírito e o valor da democracia, contra todas as formas de sua desfiguração.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

Quando parlamentar, o hoje titular do Poder Executivo exercitou bem a posição que leva o governo a rever equívocos e sanar deficiências. Analisava, ponderava, criticava, divergia.